

CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO TRADUTÓRIO: A DESSACRALIZAÇÃO DA OBJETIVIDADE

Adilsom Eskelsen¹

Resumo

É desejável que o secretário executivo bilíngüe tenha conhecimentos básicos em estudos da tradução, a fim de que possa realizar, assessorar ou contratar traduções. Nesse texto abordaremos aspectos da relação entre tradutor e texto, caracterizando aquele enquanto intérprete deste, ou seja, enquanto produtor de sentidos. Não é suficiente, portanto, aprender palavras e expressões em duas ou mais línguas e padrões de transferência entre elas, possuir computador e programas, dicionários e gramáticas para realizar uma tradução objetiva, literal, exata, equivalente, fidedigna: toda tradução, necessariamente marcada pela interferência da subjetividade do tradutor, é descrita pela Análise de Discurso através do conceito de processo tradutório (Mittmann, 2003), o qual explica a impossibilidade de o tradutor realizar traduções isentas de interferências de sua subjetividade. Nenhuma tradução será jamais uma representação perfeita do original.

Palavras-chave: análise de discurso; estudos de tradução; processo tradutório.

Um problema em superação

Um secretário que trabalhe em uma empresa com pretensões de atuar no mercado internacional pode receber a solicitação, do gerente de marketing, para que a campanha publicitária em espanhol e inglês seja idêntica ao original, exigência que tomará caráter de irracionalidade (Robinson, 2002), caso o mesmo gerente peça que o secretário prove que sua solicitação foi cumprida fornecendo retraduições de sua campanha.

Barbosa (2004) identifica em sua obra três das principais tensões nas diversas reflexões sobre a tradução: a primeira, em torno da possibilidade ou impossibilidade da

¹ Licenciado em Letras/Alemão, Especialista (UFPR) e mestrando em Educação (UPF), professor de alemão e de português na Universidade de Passo Fundo. E-mail: adilsom@upf.br

tradução, a segunda, em torno das divergências entre a tradução livre e a literal e, a terceira, em torno da tensão entre a tradução literária e a técnica. Obviamente não são essas as únicas tensões existentes e, felizmente, estão em vias de superação, apesar de ainda povoarem o imaginário dos leigos em tradução.

O processo através do qual textos são transferidos de uma cultura para outra é explorado pelos estudos de tradução, suficientemente implantados e suficientemente abrangentes para admitirem diversas abordagens (Basnett, 2003, p.XVIII), cujo grande mérito foi o de desautorizar a tradicional orientação normativa “nos termos daquilo que um tradutor ‘deve’ ou ‘não deve’ fazer” (Ibidem, p. XXVI). Atualmente a tradução goza de grande prestígio devido ao seu papel de atriz fundamental no intercâmbio humano; impulsionada pelo desenvolvimento das novas tecnologias de informação e de comunicação, bem como pelos avanços na área computacional, cabe-lhe “um papel crucial a desempenhar ao contribuir para melhorar a compreensão de um mundo cada vez mais fragmentado” (Ibidem, p. 2): se é plausível que o século XXI será a era das viagens – físicas ou virtuais - , também é certo que a tradução cumprirá função de fornecer passaportes de uma cultura para outra, inclusive de épocas distintas.

A tradução perdeu seu caráter de subordinação à lingüística, galgando *status* interdisciplinar com ênfase no indissolúvel elo entre língua e cultura, utilizando e emprestando métodos e técnicas a outras disciplinas (Ibidem, p. 4). Também está superada a tradicional concepção de tradução enquanto mera transferência de textos de uma língua para outra², passando a ser considerada um “processo de negociação entre textos e entre culturas, um processo em que ocorrem todos os tipos de transações mediadas pela figura do tradutor” (Ibidem, p.9). Nesse paradigma, textos, de acordo com André Lefevere (apud ibidem, p.13), passam a ser vistos como complexos sistemas de significação, cabendo ao tradutor “descodificar e recodificar tudo o que estiver acessível nesses sistemas”; também é digna de nota a defesa, por parte de Lawrence Venuti (apud ibidem, p.14), da criatividade do autor e de sua visibilidade no produto da tradução.

A partir dos anos 60 do século XX, com o desenvolvimento dos estudos da linguagem, houve maior aporte de contribuições teóricas aos estudos de tradução;

² Tradicionalmente se concebe tradução como processo de transferência de um texto em uma língua de partida para uma língua de chegada, buscando garantir a proximidade de significados entre os dois textos e preservar, na medida do possível, as estruturas do texto original.

destaca-se a redescoberta dos Formalistas Russos, os quais estabeleceram novos fundamentos para uma teoria da tradução e demonstraram que não bastam conhecimentos mínimos de uma língua para um tradutor (Ibidem, p.26), uma vez que, embora toda tradução implique atividade lingüística, ela se insere mais no campo da semiótica (Ibidem, p.35), destacando o aspecto semântico da linguagem verbal e suas implicações no âmbito da tradução.

Vertentes tradicional e contestadora, processo tradutório

Mittmann (2003), a fim de fazer uma análise e reflexão da tradução sob a perspectiva da Análise de Discurso, realiza um corte epistemológico ao focar duas concepções divergentes de tradução: uma tradicional, que concebe a tradução como “transporte de sentidos” (Ibidem, p.23), e outra que contesta a primeira e cujas idéias vão ao encontro da Análise de Discurso. Os autores desta segunda vertente, assim como os analistas do discurso, não acreditam na existência, em tradução, de um sentido único, que reflita as intenções do autor do texto original. De acordo com essa concepção, o tradutor não é apenas um instrumento, sempre questionado quanto à sua fidelidade na transmissão do “sentido único”, mas também passa a ser visto como um produtor, atuante, de sentido. A concepção de tradução proposta por Mittmann, a partir da AD, é discursiva, e leva em conta as condições de produção do discurso.

Representante da perspectiva tradicional, Eugene Nida (apud Mittmann), tradutor da Bíblia para o inglês, define a tradução como um mecanismo de *transferência* de uma mensagem de uma língua para outra. Tal mecanismo depende da decodificação do texto original, na língua A, pelo tradutor, que exerce, aí, papel de receptor, e de sua recodificação na língua B, que pressupõe a estruturação a ela referente. Nida admite que nem sempre é possível, através da mera equivalência dos símbolos gramaticais, realizar a tradução; e também reconhece o envolvimento pessoal do tradutor em seu trabalho, mas declara que, mesmo sendo a neutralidade impossível, ele não deve deixar de buscá-la. Nida também destaca a importância de o tradutor se identificar com o texto e com o autor do mesmo para a efetividade do trabalho, entretanto, alerta contra o perigo da subjetividade, que podem levar o tradutor a modificar e alterar o sentido do texto, distorcendo-o.

Na mesma perspectiva, Erwin Theodor (apud ibidem), tradutor e professor na USP, também trabalha com a idéia de transferência, em tradução, e ressalta a necessidade de o conteúdo da mensagem ser decodificado adequadamente pelo tradutor, que deve interpretá-lo de maneira correta, a fim de que seja, igualmente, compreendido pelos leitores. Esse seria o primeiro passo da tradução, enquanto o segundo se caracteriza pela conversão da mensagem no código da língua para a qual se deseja traduzi-la. O trabalho de tradução se caracteriza, portanto, pela “compreensão adequada do original” e pela “procura de correspondências aceitáveis” (Theodor, apud ibidem, p. 20).

Assim como Nida, Theodor também lamenta o fato de a tradução não estar inteiramente livre de desvios, que podem ser motivados pelas diferenças entre as línguas e entre a situação literária que domina o campo lingüístico de cada texto. Mesmo assim, cabe ao tradutor procurar fazer com que seu texto corresponda o máximo possível à mensagem veiculada no texto original. Além do sentido da mensagem, aí também se incluem aspectos culturais, que o tradutor deve incluir em seu trabalho, na medida em que os captou durante a decodificação.

Theodor apresenta uma distinção entre tradução, versão e recriação, de acordo com a qual, a primeira é a transposição, sem caráter artístico, de um texto de um idioma para outro, baseando-se na correspondência entre as palavras; já a versão é um trabalho artístico que busca manter a harmonia do conjunto, constituindo-se em uma tradução que prima pela fidelidade ao sentido, ao contexto e ao estilo original; finalmente, a recriação é um trabalho de passagem de um texto de um idioma para outro, também artístico, mas pouco exato, prevendo uma maior liberdade no idioma para o qual o texto é levado e, portanto, segundo Theodor, não se constituindo em uma tradução tal como ele e Nida a concebem.

De acordo com o tradutor húngaro-brasileiro Paulo Rónai (apud Ibidem), tradução é a “*reformulação* de uma mensagem num idioma diferente daquele em que foi concebida” (p.21. Grifo nosso). Mittmann aproxima a idéia de *reformulação* à de *transferência*, presente na concepção de Nida, e de *transposição*, proposta por Theodor, uma vez que, como estas, se baseia no princípio codificação-decodificação-recodificação. Reconhecendo que as palavras apenas têm sentido dentro de um contexto – a frase, a página, o capítulo –, Rónai adverte para o fato de que a tradução não é

apenas a substituição de vocábulos. O contexto maior é útil para resolver ambigüidades quanto ao sentido de uma determinada palavra, que isoladamente pode ter vários significados, dentro do texto. Rónai privilegia, entretanto, na esteira de Horácio e de Cícero, a mensagem em detrimento das palavras, declarando que, às vezes, o tradutor deve esquecer estas para ser capaz de formular aquela, de forma mais adequada, em sua língua. Mesmo assim, Rónai reproduz a concepção tradicional de tradução, pois afirma que o tradutor não deve interferir, nem corrigir, nem deformar a mensagem do autor, mantendo-se fiel a ela.

Os três autores compartilham da idéia que, em tradução, descobre-se e decodifica-se o pensamento de um autor para recodificá-lo em outra língua. Quanto ao tradutor, ainda que sua subjetividade seja admitida, ela é vista de forma negativa. Outro aspecto a ser destacado é que o texto e a língua são considerados, tanto por Nida como por Theodor e Rónai, ponto de partida na análise da tradução, como se eles detivessem o sentido dos textos e como se este sentido fosse universal. Portanto, a desconsideração das condições de produção dos textos é algo que une os autores de perspectiva tradicional em relação à tradução.

Essa perspectiva no campo da tradução é contestada. Francis Aubert (apud *ibidem*) define tradução como “expressão em língua de chegada de uma leitura feita em língua de partida por um determinado indivíduo, sob determinadas condições de recepção e de produção” (p.24). Aqui, o processo não é encarado como reprodução da mesma mensagem, mas como expressão de uma leitura dela, o que significa que uma mensagem pode gerar várias mensagens, através da leitura, dependendo das condições de sua recepção.

Aubert propõe três tipos diferentes de mensagens, presentes em qualquer ato comunicativo: a pretendida, ou seja, o que o emissor pretendeu dizer; a virtual, que são as possibilidades de compreensão do enunciado produzido; a efetiva, que é a leitura feita pelo destinatário. Em sua concepção do ato tradutório como um segundo ato comunicativo, o tradutor, para ele, transformará a mensagem efetiva, novamente, em uma mensagem pretendida, certamente outra do que a mensagem pretendida pelo emissor original. É importante observar que o ponto de partida da tradução não é a mensagem pretendida pelo autor, mas a efetiva, a interpretação do tradutor como leitor.

A segunda mensagem pretendida também gerará mensagens virtuais e, no momento de sua leitura, mensagens efetivas.

Nessa perspectiva, a fidelidade só pode ser exercida, ou mantida, em relação à mensagem efetiva que o tradutor apreendeu em sua experiência de leitura. Além disso, se a tradução é um segundo ato comunicativo, a mensagem do tradutor também tem receptores de sua própria língua, configurando-se, igualmente, a tentativa de fidelidade em relação às expectativas desse público, de acordo com a imagem que dele tem o tradutor. Por isso, Aubert afirma que existem duas tentativas de fidelidade, uma em relação à imagem do autor e do texto original, e outra concernente à imagem dos possíveis leitores, mas que ela é impossível, em virtude das complexidades do processo tradutório, que envolve diferenças temporais, de códigos lingüísticos, de mensagens e de participantes. Na perspectiva de Aubert, o tradutor passa a ser, ao invés de um mero canal entre o texto original e os receptores de outra língua, um produtor ativo de discurso.

As relações entre o tradutor – cujo papel se desdobra entre receptor e emissor –, e o texto original, bem como com os leitores da tradução é mediada por relações imagéticas, ou seja, tanto emissores como receptores têm imagens diferentes de si mesmos e entre si. A partir dessas relações, será possível ao tradutor optar por determinadas soluções em detrimento de outras ao longo dos conflitos do ato tradutório, entre os quais o problema das diferenças ideológicas se destaca.

A concepção de tradução de Rosemary Arrojo (apud ibidem), calcada na desconstrução, também aborda a problemática da fidelidade no âmbito da tradução, associando-a à concepção de texto como “receptáculo de significados estáveis, geralmente identificados com as intenções de seu autor” (p.27). De acordo com essa idéia tradicional, o leitor – entidade que inclui o tradutor – deve buscar esses significados, que não devem ser influenciados pelo contato com o tradutor. Entretanto, Arrojo afirma que o significado de um texto existe apenas a partir de sua interpretação, baseada nas circunstâncias do contexto em que é lido. Assim, se o sentido se produz na leitura, a questão da fidelidade é deslocada, do texto original, para essas interpretações, conferindo ao leitor uma posição autoral. Por isso, Arrojo reivindica o reconhecimento do papel autoral assumido pelo tradutor neste processo transformador e produtivo.

O tradutor deve estar consciente da contingência de suas escolhas diante dos desafios da tradução, uma vez que ela ocorre “no interior das relações e das redes de poder das quais participa como membro ativo e agente transformador” (p.28). Arrojo afirma que, ultimamente, os termos “original” e “autor” vêm sendo cada vez mais “dessacralizados”, e já se configura uma nova concepção de tradução, segundo a qual ela também produz significados e a leitura não se processa independente de fatores sócio-culturais. Além disso, o tradutor ainda detém responsabilidade autoral, à medida que opta pelo texto a ser traduzido, além das outras escolhas já mencionadas. Essa consciência da inevitável tomada de posição diante da história, segundo Arrojo, tem permitido uma tradução “menos hipócrita e menos ingênua” por parte dos tradutores (p.29).

Por sua vez, Lawrence Venuti (apud ibidem) prega uma postura de resistência por parte do tradutor, alegando que ele deve procurar transmitir um sentimento de estranhamento, relativo às diferenças culturais, que se manifestam na língua, entre os textos. Para isso, Venuti, propõe, por exemplo, que se traduzam literalmente sentenças que, na língua de chegada, se tornem gramaticalmente incorretas ou quase ininteligíveis. Essa proposta visa a explorar as diferenças entre as línguas, a partir da elaboração de um texto que não represente nem a voz do autor nem a do tradutor. O teórico também contesta a distinção entre autoria e tradução, que delega esta última à condição de imitação, desmistificando o conceito de autoria, que, para ele, não é senão a “reescritura de materiais culturais preexistentes, de acordo com determinados valores da época do autor” (p.30). Assim, a tradução também pode ser vista como autoria, mas voltada para o objetivo da imitação (o que é diferente de *ser* uma imitação). Através dessa concepção, Venuti define tradução como processo de transformação de uma matéria prima em um produto, realizado através de um conjunto anterior de matérias-primas, como por exemplo, a língua estrangeira e seus aspectos culturais. Venuti, então, também dá ênfase às escolhas a que procede o tradutor como uma marca de sua autoria.

Eventuais diferenças entre traduções seriam motivadas pelo “deslizamento” de significados, que ocorre na transição da língua-fonte para a língua-meta, sobrecarregando esta última de significados e requerendo a escolha de certos significados em detrimento de outros. Essas escolhas são determinadas pela ideologia – que Venuti define como os valores e representações sociais que se concretizam na

experiência vivida e servem aos interesses de certa classe –, materializando-a dentro do texto. Por admitir a determinação ideológica e por sugerir a manutenção visível da opacidade, que deve caracterizar o texto como *traduzido* e alertar o leitor de que não está lendo um original, a concepção de tradução de Venuti se diferencia da tradicional.

Hermans (apud ibidem) também contesta a idéia de que a tradução deve reproduzir fielmente o texto original, que promove um “apagamento” do tradutor, pois, para ter a impressão de que lemos um texto original, exigimos que ele não deixe suas marcas. Entretanto, estas marcas são justamente *tudo* a que os leitores do texto traduzido têm acesso do texto original. Com essa idéia, não é mais a voz do autor do texto primeiro que fala através do texto traduzido, mas a do tradutor, que deixa de ser um *outro*. O *outro* é o autor do texto original. Hermans afirma que, em todos os textos (nos traduzidos, ainda mais), é uma pluralidade de vozes que fala, sendo eles sempre híbridos, instáveis, descentralizados. Apesar de a voz do tradutor imitar a do autor, não há coincidência total entre ambas.

A partir desta idéia de pluralidade, Hermans utiliza o termo foucaultiano *função autor*, que leva-nos a controlar e a limitar o significado do texto. A pluralidade do texto original aumenta, potencialmente, no texto traduzido, e ela deve ser controlada, então, pela *função tradutor*. E essa função, que é um constructo ideológico e histórico, geralmente delega à tradução a idéia de hierarquicamente inferior em relação ao texto original. Hermans também observa que o trabalho do tradutor não parte do original em si, mas de uma imagem que dele o faz e que nunca é “inocente”. Por isso, como esta imagem sempre é construída, o tradutor “‘inventa’ o seu original” (p.33). O teórico ainda acrescenta que o processo tradutório, com suas escolhas e posições, ocorre de acordo com a idéia que o tradutor tem sobre tradução, determinada pelo grupo sociocultural ao qual pertence.

Mittmann sintetiza as teorias de contestação à perspectiva tradicional de tradução e o papel do tradutor (p.33-34): os problemas na concepção tradicional residem na idealização do texto original, cujo sentido é considerado transparente e estável; na conseqüente busca de uma transparência, na tradução em outra língua, das intenções do autor do texto original; na condenação da tradução como cópia deturpada do texto original, decorrente dos empecilhos inerentes ao processo tradutório; na visão do tradutor como mero instrumento que transporta o texto de uma língua para outra, e que

deve tentar ocultar sua presença; e na idéia de que este deve ser fiel tanto ao autor do texto original como ao leitor da tradução, reproduzindo a mensagem tal como ela era na língua estrangeira.

As teorias apresentadas por cada um dos quatro autores, em resposta à concepção tradicional, se resumem basicamente na idéia de que o sentido, matriz para a realização da tradução, não reflete as intenções do autor, sendo que estas não são totalmente acessíveis nem ao tradutor, nem a qualquer leitor. O sentido não está contido no texto original, pronto a ser decodificado e recodificado: ele não é mais do que uma imagem construída pelo tradutor, resultado de seu ato de interpretação, também condicionada por elementos externos, quais sejam ideologias, padrões culturais e outros, que agem sobre qualquer leitor e sobre cada língua em particular. O papel do tradutor, segundo a concepção apresentada, é ativo, pois, ao traduzir, ele atua como transformador e produtor de discurso, estando sua voz presente ao longo de todo o texto, portanto, é uma ilusão tentar ocultá-la.

Considerações finais

Com relação à tradução, propriamente dita, Mittmann reafirma a grande divergência entre as duas concepções por ela sintetizadas, particularmente quanto à interpretação do papel do tradutor – que passa de mero transportador do texto de uma língua a outra a produtor do texto da tradução –, e do sentido, não mais visto como preexistente e idealizado, mas como algo determinado por fatores externos; com relação ao tradutor, ou secretário, cabe salientar que, além de sólida formação lingüística e de conhecimentos elementares de tradutologia, faz-se necessário domínio básico de referencial teórico no âmbito das ciências sociais e humanas, tais como noções de ideologia e formação discursiva, uma vez que toda tradução deve levar em consideração tanto o contexto de partida quanto o contexto de chegada do material a ser traduzido, o que implica transcender a materialidade lingüística textual, pois língua não é simplesmente sinônimo de código.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Heloisa Gonçalves. *Procedimentos técnicos de tradução: uma nova proposta*. 2. Edição, Campinas, SP: Pontes, 2004

BASSNET, Susan. *Estudos de tradução – fundamentos de uma disciplina*. Tradução de Vivina de Campos Figueiredo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório: análise sob o ponto de vista discursivo*. Porto Alegre: Ed. Da UFRGS, 2003

ROBINSON, Douglas. *Construindo o tradutor*. Tradução de Jussara Simões. Bauru, SP: EDUSC, 2002